

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO  
DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM  
GESTÃO MUNICIPAL  
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

BRASIL  
2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO  
DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM  
GESTÃO MUNICIPAL  
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Comissão de Apoio à Diretoria de Educação a Distância na Gestão do PNAP

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)

Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (ENAP)

Prof.<sup>a</sup> Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (UNEB)

Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)

Prof. Dr. Paulo Emilio Matos Martins (UFF)

Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (UFAM)

Prof.<sup>a</sup> Dra. Vanessa Costa e Silva (FIOCRUZ)

## APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

Tal programa nasce a partir da experiência piloto do curso de Administração, em 2006, que foi supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), do Ministério da Educação (MEC), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e por coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além desse bacharelado, o PNAP é composto de três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso da especialização de Gestão Pública Municipal, foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Maria Aparecida da Silva (UFAL), Dario de Oliveira Lima Filho (UFMS), Silvar Ribeiro (UNEB), Anderson Castanha (UFJF) e Marcos Tanure Sanabio (UFJF).

Nesse contexto, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de Instituições Públicas de Ensino Superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a

distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento em Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública, com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos (PPC); o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Em 2017 foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPCs (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático, adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que participaram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

Brasília, 02 de agosto de 2018.

Luiz Alberto Rocha de Lira  
Coordenador

# 1 Dados de identificação do curso

a) Nome do curso:

Curso de Especialização de Gestão Pública Municipal

b) Proponente:

(Espaço para texto da Ipes)

c) Público-alvo:

Profissionais e demais interessados no setor público, em especial com interesse e ou atuação nos municípios.

d) Número de vagas:

Serão ofertadas conforme editais públicos ou outros meios de financiamento disponíveis quando da abertura das vagas.

e) Formas de ingresso:

Definido conforme resolução complementar de cada Ipes.

f) Duração do curso:

O curso foi concebido para ser integralizado em 18 meses.

(Espaço para texto da Ipes)

g) Previsão para início das atividades:

(Espaço para texto da Ipes)

## 2 Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização em Gestão Municipal e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Municipal vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera municipal.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a Ipes oferece o Curso de Especialização em Gestão Municipal no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- (Espaço para texto da Ipes, considerando outros dispositivos legais da EAD e da Ipes).

### 3 Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. No entanto, o Poder Público Municipal deve estar

preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsabilmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da administração pública municipal.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação da política pública municipal.

## **4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos**

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

## **5 Diretoria de Educação a Distância da Capes**

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância, a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e

diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

## **6 Caracterização regional**

(Espaço para texto da Ipes)

## **7 Integração e articulação da Educação a Distância da Ipes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil**

O curso de Especialização em Gestão Pública Municipal a distância está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial.

(Espaço para texto da Ipes)

## **8 Aspectos institucionais**

(Espaço para texto da Ipes)

### **8.1 Missão**

(Espaço para texto da Ipes)

### **8.2 Princípios e valores**

(Espaço para texto da Ipes)

## 8.3 Outros aspectos

(Espaço para texto da Ipes – outros aspectos institucionais relevantes)

# 9 Concepção do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

(Espaço para texto da IPES)

## 9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;
- II. enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;
- III. produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão pública, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

## **9.2 Concepção pedagógica do curso**

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Municipal está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto da gestão pública à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais e visando o desenvolvimento socioeconômico.

(Espaço para cada lpes)

### **9.2.1 Objetivo geral**

Capacitar os participantes a atuarem como gestores e analistas das políticas governamentais no âmbito local, nos seus processos de formulação, implementação e avaliação e nas atividades administrativas e de prestação de serviços das organizações públicas municipais.

### **9.2.2 Objetivos específicos**

São objetivos específicos deste curso:

- Desenvolver habilidades e competências para melhorar a prestação de serviços públicos municipais;
- Contribuir para a melhoria da gestão dentro de uma visão estratégica do setor público, a partir do estudo crítico, sistemático e aprofundado da realidade administrativa local.

## **9.3 Organização curricular**

O curso foi estruturado em dois módulos. O módulo básico contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização e o módulo específico apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos de cada um dos cursos.

### 9.3.1 Módulo Básico

O Módulo Básico é composto por seis disciplinas/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas:

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução a EAD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	TCC	30
-	<b>TOTAL DE HORAS/ MÓDULO BÁSICO</b>	<b>180</b>

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e questões da atuação do Estado e das administrações públicas municipais.

### 9.3.2 Módulo Específico

O módulo específico em Gestão Municipal é composto por sete disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
7	Município e Arranjos Interfederativos	30
8	Gestão Tributária e Orçamento Municipal	30
9	Desenvolvimento Urbano	30
10	Gestão da Saúde	30
11	Gestão da Educação	30
12	Licitações, Contratos e Convênios	30
13	Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos	30
-	<b>TOTAL DE HORAS DO MÓDULO</b>	<b>210</b>

### 9.3.3 Ementário

#### Disciplina 1 – Introdução a EAD – 30h

<b>EMENTA</b>
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
CORRÊA, Denise Mesquita. <b>Introdução à educação a distância e AVEA</b> . 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
HACK, Josias Ricardo. <b>Introdução à educação a distância</b> . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. <b>Introdução à educação a distância</b> . Fortaleza: RDS Editora, 2010.
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. <b>Educação a Distância: o estado da arte</b> . São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.
MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. <b>Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem</b> . São Paulo: Saraiva, 2015.
MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. <b>Educação a distância: pontos e contrapontos</b> . São Paulo: SUMMUS, 2011.
SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. <b>Educação e tecnologias da informação e comunicação</b> . Salvador: UNEB/EAD, 2010.
SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. <b>Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem</b> . Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

#### Disciplina 2 – Política e Sociedade – 30h

<b>EMENTA</b>
Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo.

Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 2012.

### Disciplina 3 – Políticas Públicas

#### EMENTA

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

## REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas**. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2. Parcialmente disponível em: [http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1\\_0101\\_saravia.pdf](http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf). Acesso em: 02 ago. 2018.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (orgs.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

## Disciplina 4 – Gestão Pública

### EMENTA

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na união e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

## REFERÊNCIAS BÁSICAS

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (orgs.). **Administração pública: Coletânea**. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (orgs.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). **Inovação no campo da gestão pública local**. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

## Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa

### EMENTA

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso da ABNT).

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 296 p.,.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

### Disciplina 6 – TCC

#### Ementa

(Conforme regulamentação de cada Ipes)

### Disciplina 7 – Município e Arranjos Interfederativos – 30h

#### EMENTA

Poder local e federalismo no Brasil contemporâneo. Pacto Federativo: O Município no sistema político brasileiro. Competências Constitucionais, Legislação e Lei Orgânica do Município. Micro Regiões e Regiões Metropolitanas. Arranjos locais e interfederativos: Parcerias Público Privada, consórcios, cooperação, redes e outros. Estudos de casos aplicados.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARRETCHE, Marta. **Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV/Fiocruz, 2012.

HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (orgs.). **Federalismo e Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

SPINK, Peter; BAVA, Silvio; PAULICS, Veronika (orgs.). **Novos contornos da gestão local**: conceitos em construção. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/930/930.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

#### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública**. 11. ed. São Paulo: GEN/Forense, 2017.

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos. **Cadernos Adenauer XII** (2011), Rio de Janeiro, n. 4, abril 2012.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). **Inovação no campo da gestão pública local**: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Romualdo P.; SANTANA, Wagner. **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

### **Disciplina 8 – Gestão Tributária e Orçamento Municipal – 30h**

#### **EMENTA**

Tributos Municipais. Tributos como ferramenta de indução ao desenvolvimento municipal. Transferências Governamentais. Planejamento Orçamentário: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Experiências de Orçamento Participativo. Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Crimes Fiscais. Controle social e transparência. Estudos de casos aplicados.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

BRUNO, Reinaldo Moreira. **Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público Municipal**. 5. ed. Curitiba (PR): Juruá, 2013.

MACEDO, Alberto; AGUIRREZÁBAL, Rafael; PINTO, Sergio Luiz de Moraes; ARAÚJO, Wilson José de. **Gestão Tributária Municipal e Tributos Municipais**. São Paulo: Quartier Latin, 2017. v. 6.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (orgs.). **A reforma esquecida**: orçamento, gestão pública e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. amp. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (orgs.). **Planejamento e Orçamento governamental**. Brasília: ENAP, 2006. v. 2. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213>. Acesso em: 02 ago. 2019.

FREITAS, Mário S. N. **Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica**. Salvador: Bahia Análise e Dados, 2003.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, p. 7-70, 2001.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando. **Disciplina fiscal e qualidade do gasto público**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

## Disciplina 9 – Desenvolvimento Urbano – 30h

### EMENTA

Teorias, abordagens e indicadores do desenvolvimento urbano. Gestão de Serviços e Equipamento Urbanos. Gestão Ambiental e de Resíduos Sólidos. Uso e Ocupação do Solo. Gestão do Patrimônio Histórico, Cultural e Social. Saneamento. Mobilidade Urbana. Estudos de casos aplicados.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

LING, Anthony. **Guia de gestão urbana**. São Paulo: BEI, 2017.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio (orgs.). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do estatuto da cidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

SCHWALM, Hugo; LADWIG, Nilzo Ivo. **Espaço Urbano Sustentável: planejamento, gestão territorial, tecnologia e inovação**. Florianópolis: Insular, 2012.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARBOSA, Rildo Pereira; IBRAHIM, Francini Imene Dias. **Resíduos sólidos: impactos, manejo e gestão ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2014.

BERNARDI, Jorge Luiz; BRUDEKI, Nelson Martins. **Gestão de Serviços Públicos Municipais**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 214 p.

OLIVEIRA, Dinara de Arruda. **Plano Diretor das Cidades**. Brasília: Juris, 2018.

SILVA, Edson Jacinto da. **Loteamento urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: JH Mizuno, 2016.

## Disciplina 10 – Gestão da Saúde – 30h

### EMENTA

Princípios do SUS e pacto federativo. Organização da Atenção à Saúde: cuidados primários e estratégia saúde da família. Planejamento municipal: plano plurianual, plano anual e relatório de gestão. Regulação, Controle e Avaliação. Financiamento municipal em saúde. Controle Social: conselho municipal de saúde; gestão participativa. Estudos de casos aplicados.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde** / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2015. 127 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A Gestão do SUS** / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2015. 133 p.

GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; NORONHA, José Carvalho de; CARVALHO, Antonio Ivo de (orgs.). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2012.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

STARFIELD, Bárbara. **Atenção, primária**: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. cap. I e II. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_primaria\\_p1.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_primaria_p1.pdf). Acesso em: 02 ago. 2018.

MENDES, Eugênio Vilaça. **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p. Disponível em: <http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/redesAtencao.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Manual para entender o controle social no SUS**. Brasília: CNS, 2013. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/manual\\_para\\_entender\\_controle\\_social.pdf](http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/manual_para_entender_controle_social.pdf). Acesso em: 02 ago. 2018.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; GUERRERO, André Vinicius Pires (orgs.). **Manual de Práticas na Atenção Básica**: saúde ampliada e compartilhada. São Paulo: Hucitec, 2008. Disponível em: [http://andromeda.ensp.fiocruz.br/teias/sites/default/files/biblioteca\\_home/manual\\_da\\_s\\_praticas\\_de\\_atencao\\_basica%5B1%5D.pdf](http://andromeda.ensp.fiocruz.br/teias/sites/default/files/biblioteca_home/manual_da_s_praticas_de_atencao_basica%5B1%5D.pdf). Acesso em: 02 ago. 2018.

PINEAULT, Raynald. **Compreendendo o sistema de saúde para uma melhor gestão**. 1. ed. Brasília: Linha Editorial Internacional de Apoio aos Sistemas de Saúde, 2016. Disponível em: <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/LEIASS-2.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

## Disciplina 11 – Gestão da Educação – 30h

### EMENTA

Arcabouço legal e normativo de financiamento da educação na esfera municipal: LDB e Fundeb. Gestão da rede municipal de educação: unidades escolares, creches, projetos pedagógicos, valorização do magistério, matrícula, transporte e merenda. Arranjos interfederativos e políticas públicas na área de educação: Plano de Ações Articuladas. Conselhos escolares e controle social. Indicadores de Avaliação de Desempenho na Educação Básica. Uso de tecnologias na educação. Estudos de casos aplicados.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRAVO, Ismael. **Gestão Educacional no Contexto Municipal**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2014.

BROOKE, Nigel. **Avaliação da Educação Básica**: a experiência Brasileira. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao FUNDEB**. 4. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2011.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BACICH, Lilian. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. São Paulo: Penso, 2017.

CUNHA, Maria Couto (org.). **Gestão Educacional nos Municípios**: entraves e perspectivas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 366 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bxgqr/pdf/cunha-9788523209025.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: Inep, 2007.

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães; BARBALHO, Maria Goretti Cabral; COSTA, Maria Simone F. Pereira M. **Dimensões do Plano de Ações Articuladas:** contextos e estratégias de implementação. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 2017.

MARCELINO, Maria de Fátima. **Conselho municipal de educação e ensino escolar:** limites e perspectivas. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 2013.

## Disciplina 12 – Licitações, Contratos e Convênios

### EMENTA

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação, invalidação e controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios. Planejamento de compras governamentais e Gestão de Suprimentos na administração municipal. Análise da Legislação Local. Estudos de casos aplicados.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos.** 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas licitações e contratos.** 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

TOLOSA FILHO, Benedito de. **Licitações, Contratos e Convênios.** Curitiba: Juruá, 2016.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Vade-Mécum de Licitações e Contratos.** 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo.** 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

## Disciplina 13 – Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos

<b>EMENTA</b>
Planejamento Estratégico: conceitos, modelos, etapas e instrumentos. Elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos. Técnicas e instrumentos: redes de programação, cronogramas, orçamento financeiro. Equipe e estruturas de organização de projetos. Prospecção de fontes de financiamento. Relatórios de desempenho. Encerramento físico-financeiro de projetos. Estudos de casos aplicados.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
MINTZERG, Henry. <b>Safari de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico</b> . 2. ed. São Paulo: Bookman, 2010.  MOORE, Mark H. <b>Criando Valor Público: gestão estratégica no governo</b> . Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: Enap, 2002.  PRADO, Darci. <b>Planejamento e Controle de Projetos</b> . 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
ANDRADE, Arnaldo Rosa de. <b>Planejamento Estratégico: Formulação, Implementação e Controle</b> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.  CONTADOR, Cláudio R. <b>Projetos sociais: avaliação e prática</b> . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.  OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. <b>Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas</b> . 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.  PMI. <b>Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos</b> . 6. ed. Brasília: PMI do Brasil, 2017.  TCU. <b>Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão</b> . Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

## 10 Estrutura administrativo-pedagógica

O Curso de Especialização em Gestão Municipal a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **aluno** matriculado no curso;
- **professores autores**, responsáveis pela produção dos materiais didáticos

- (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- **professores formadores**, responsáveis pela oferta das disciplinas;
  - **professores pesquisadores**, vinculados a programas de pós-graduação da Ipes, ou a projetos de pesquisa;
  - **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e
  - **equipe de apoio**, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.

(Espaço para texto da Ipes)

### **10.1 Equipe multidisciplinar**

(Espaço para texto da Ipes)

### **10.2 Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar**

(Espaço para texto da Ipes)

### **10.3 Docentes que participam da gestão do curso**

(Espaço para texto da Ipes)

## **11 Infraestrutura e processo de gestão acadêmico-administrativa**

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma

organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ a produção e a organização do material didático apropriado à modalidade;
- ▶ processos próprios de orientação e avaliação;
- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema, que dá suporte à ação educativa, preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

## **Rede comunicacional**

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na Ipes, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- ▶ manutenção dos núcleos tecnológicos na Ipes e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a Ipes.

## **Produção de material didático**

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão Municipal encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa.

### **11.1 Sistema de Tutoria**

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Municipal, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com

outros estudantes, se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico-metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início e ao longo do curso.

(Espaço para texto da Ipes)

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- *e-mail*; e
- (Espaço para texto da Ipes – outros recursos).

## 11.2 Encontros presenciais

(Espaço para texto das Ipes)

## 12 Diretrizes de avaliação

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão Municipal.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

## **12.1 Avaliação institucional**

(Espaço para texto da Ipes)

## **12.2 Avaliação dos subsistemas de EAD**

(Espaço para texto da Ipes)

## 12.3 Avaliação de aprendizagem

(Espaço para texto da Ipes)

## 13 Processo de comunicação-interação entre os participantes

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão:

(Espaço para texto da Ipes – instrumentos da Ipes – sugestão: telefone, *chat*, *webconferência* etc.)

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados:

(Espaço para texto da Ipes – instrumentos da Ipes – sugestão: fóruns, *e-mails* etc.)

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.